

ENSAIOS DE CULTURA 56

GILBERTO FREYRE

NOVAS LEITURAS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

Marcos Cardão
Cláudia Castelo (orgs.)

edusp

O LUSO NO TRÓPICO, OU PORQUE NÃO PODE OLINDA SER OLANDA

Luís Cunha

O LUSO-TROPICAL EM VISÃO CALEIDOSCÓPICA

No final de *O Luso e o Trópico*, Gilberto Freyre discute a “integração de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia na comunidade luso-tropical”¹ e nessa discussão confronta o “método português de colonizar” – que para ele seria caracterizado mais pela *integração* que pela *assimilação* – com o que seguiriam os europeus do norte. O autor faz isso olhando a história, recuando ao século XVII e à tentativa de implantação de uma dominação colonial alternativa à portuguesa, nomeadamente por parte dos holandeses, sendo a esse propósito que se serve da metáfora que aqui recuperamos para dar título a este texto: “‘Olanda’ conquistou Olinda, mas Olinda libertou-se dentro de alguns decênios de ‘Olanda’”². Parece-nos ser esta uma metáfora forte e que ajuda Gilberto Freyre a reforçar uma ideia que atravessa toda a obra: quando, nos trópicos, se confrontam a racionalidade e o conhecimento dos europeus do norte com a experiência de interpenetração

1. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: O Luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 291 e ss.
2. *Idem*, p. 304.

com outros povos que caracterizaria o *saber português*³, é esta última que se impõe como mais adequada e proveitosa, sem rejeitar, todavia, alguns dos contributos que as “Olandas” podem fornecer. As palavras com que encerra o livro sintetizam este pensamento:

Precisam os portugueses e os brasileiros de hoje que lhes venham das “Olandas” valores nacionais, lógicos, cronométricos e superiormente técnicos. Mas precisam de continuar a ser uma comunidade capaz de transmitir às “Olandas” o que, em povos mistos, integrados, como o brasileiro, o português, o espanhol, o russo, o chinês, o mexicano, o húngaro, o israelita, o árabe, são valores que só se desenvolvem ou se conservam havendo crença e até irracionalidade nos mitos que liguem contraditoriamente o presente ao passado e ao futuro desses povos, numa integração de tempos sociais e de tempos culturais que complete a outra: a de culturas regionalmente diversas, a de grupos étnicos de procedências diferentes e de populações distintas nas suas características originais, e, embora distanciadas umas das outras no espaço físico, unidas pelos mesmos motivos principais de vida e pelas mesmas condições ecológicas de existência no social e no cultural⁴.

Como se vê, a valorização da integração vai a par com a enumeração de um conjunto de “povos mistos”, quer dizer, de povos que *resolveram* suas diferenças convergindo na criação de unidades sociais integradas. Talvez cause alguma estranheza ver o elenco de povos enumerados por Gilberto Freyre. Ibérico e eslavos, árabes e judeus, chineses e mexicanos, são combinações que surpreendem pela abrangência geográfica, mas também pela diversidade linguística, cultural, histórica e política. Vendo bem, talvez seja uma estranheza injustificada, pelo menos se virmos nessa convocação de gente tão diversa a concretização lógica de uma perspectiva que Freyre enunciou logo no “Prefácio” ao seu primeiro livro: “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”⁵. Trata-se de uma afirmação de reconhecimento à aprendizagem proporcionada pelo contato com Franz Boas, sublinhando

3. Sendo este o título encontrado por Donato Gallo para a sua abordagem do colonialismo português em África, a perspectiva que aí transmite é bastante diferente da que segue Freyre. Cf. Donato Gallo, *Antropologia e Colonialismo: O Saber Português*, Lisboa, Edições ER Heptágono, 1988.
4. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, pp. 311-312.
5. Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933. O prefácio à primeira edição desta obra não foi incluído na edição portuguesa, editada pela Livros do Brasil, mas pode ser consultada *on-line* na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre: <http://bvfgf.fgf.org.br>.

que foi dessa forma que primeiro percebeu o negro e o mulato no seu justo valor. Assim, é na fidelidade a este princípio que Gilberto Freyre engloba no critério de *povos mistos que solucionaram pela integração sua diversidade interna*, os diferentes países que cita. Recusa evidente, pelo menos neste aspecto, de qualquer essencialismo, o que não deixa de ser um ponto a favor de Freyre, sobretudo quando confrontamos sua obra com os aproveitamentos mais apresados que dela se fizeram.

Se procurássemos sublinhar um único aspecto em *O Luso e o Trópico*, esse aspecto seria a sua natureza verdadeiramente caleidoscópica, pelo menos no que diz respeito à temática luso-tropical. Pouco distintiva, na verdade, essa característica, já que toda a obra deste autor parece possuir essa marca. Devemos, no entanto, sublinhar que há em *O Luso e o Trópico* duas razões que exponenciam essa expressão caleidoscópica. A primeira tem a ver com o fato de se tratar de uma coletânea de ensaios – alguns dos quais tinham sido já objeto de publicação ou de apresentação oral – através dos quais Gilberto Freyre vai respigando as várias dimensões do tema que o título enuncia. A segunda razão decorre do fato de esta ser uma obra tardia, em que o pensamento do autor se encontra plenamente consolidado, de tal forma que as diferentes abordagens do Luso-tropicalismo se sucedem e interligam, favorecendo justamente essa visão caleidoscópica. Obra de maturidade, ela encerra um ciclo que se abriu com *Casa-grande & Senzala* (1933) e se reconfigurara em *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953). Se na primeira destas obras aparecem já “as ideias mestras do Luso-tropicalismo”⁶, foi necessário esperar pelos anos de 1950, e pela sua viagem por terras do “Império” para que essa teoria se formule na sua plenitude. *O Luso e o Trópico* encerra este ciclo – ou este duplo ciclo – por razões internas e também externas. Em relação às primeiras, na medida em que constituiu a cúspide do pensamento luso-tropical de Freyre, e em relação às segundas porque o ano da sua publicação, 1961, marca o início do fim definitivo de qualquer ilusão imperial, o que favorece as interpretações críticas da teoria em causa.

6. Cláudia Castelo, “*O Modo Português de Estar no Mundo*”: *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Lisboa, Afrontamento, 1998, p. 35.

INTUIÇÃO E (POUCO) RIGOR NO SUCESSO DE UMA *CARTILHA*

Apesar de ser uma obra de maturidade, ou talvez justamente por isso, *O Luso e o Trópico* mostra o melhor e o pior do trabalho de Gilberto Freyre. Publicada quando o autor virara já os sessenta anos, revela que algumas das qualidades que mais o tinham destacado desde o início da sua carreira se conservavam bem vivas. Falamos da intuição, tantas vezes surpreendente, mas também da capacidade de ligar elementos muito diversos, apelando, com agilidade e eficácia, a um saber transversal, fator que torna seu trabalho apelativo, mesmo para leitores não especialistas. Deve dizer-se também, e em sentido inverso, que essa transversalidade se constituiu num olhar heterodoxo que nem sempre agradou, justamente, aos especialistas da área científica e suas adjacências. Quer isto dizer que o que vemos aqui como qualidades pode muito bem revelar a face oposta, assim se transfigurando em defeitos. Por vezes, parece depender apenas do que se escolhe enfatizar. Se um antigo colaborador de Freyre opta por uma visão equilibrada do assunto, quando diz que “A força de Gilberto se encontra essencialmente na intuição criadora e só secundariamente na demonstração científica”⁷, noutros casos o tom é bem mais carregado. Tome-se como exemplo Eduardo Lourenço, que denuncia “o caos interno da metodologia de Gilberto Freyre, a sua pouca ou nenhuma seriedade objetiva e o falso brilho de fórmulas feitas, remastigadas de livro em livro com fatigante ênfase”⁸. Estas duas visões da obra e do pensamento de Freyre são, afinal, a cara e a coroa de uma mesma moeda, realidades passíveis de se conciliar numa fórmula simples: se a virtude da intuição implica maleabilidade e agilidade de pensamento, conduz também a um trabalho disperso, que sugere menor rigor e parece preso a simplificações. Esta suposta simplificação é muitas vezes ilusória, mas permite a formulação de ideias fortes e tópicas, que acabam por ser tratadas sob a forma de uma cartilha apelativa, mas fácil de criticar.

Julgo ser importante que nos detenhamos um pouco neste último aspecto, ou seja, na ductilidade – também se poderia dizer *ambiguidade* – do pensamento de Gilberto Freyre, porque ela nos ajuda a perceber a redescoberta, relativamente recente, da sua obra e da sua figura. Há, talvez, algum

7. Roberto Motta, “Integração e Miscigenação em Gilberto Freyre: Uma Originalidade Luso-brasileira”, em Amélia Cohn; Aspásia Camargo e Boaventura Sousa Santos (orgs.), *Brasil-Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 Anos*, EMC Edições, 2001, p. 116.

8. Eduardo Lourenço, “A Propósito de Freyre (Gilberto)”, *Ocasionais* 1, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, p. 105.

exagero nesta formulação. Na verdade, Freyre nunca deixou de ser uma importante referência nos dois lados do Atlântico, e mesmo em lugares estranhos à *lusofonia*⁹. A interpretação das suas teorias no discurso político dá bem conta disso mesmo, bastando atentar no que dele disse Mário Soares em 1987: “Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo como pelo Portugal livre, democrático e moderno que represento”¹⁰. Ou Léopold Senghor, neste caso logo em 1975, bem no rescaldo do fim do colonialismo português em África:

É assim que o Brasil se mostra à sua verdadeira luz, como a síntese harmoniosa dos homens de todas as raças, melhor, de todas as confissões e civilizações. Como se realizou, durante os séculos XVII e XVIII, esse milagre da civilização moderna, eis o que nos ensinou o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre numa obra magistral, intitulada *Casa-grande & Senzala*¹¹.

Quando falamos de *redescoberta*, não ignoramos essas leituras da obra de Freyre, que, de resto, são já uma atualização interpretativa face a outras originadas na retórica colonial portuguesa. Não é, em todo o caso, na narrativa política, mas sim, na científica, que queremos nos centrar, e em relação a esta faz todo o sentido falar de *redescoberta*. De fato, nos anos de 1970 e 1980, Freyre parecia estar definitivamente arredado da atenção dos acadêmicos, exceto como exemplo negativo de conivência com os regimes ditatoriais de Portugal e do Brasil. Merecido ou não, tratava-se de um rótulo bastante expressivo, ademais convergente nos dois países, ainda que não exatamente pelas mesmas razões. Se em relação ao Brasil pesava a acusação de Freyre ter contribuído para a persistência e mesmo reforço do mito

9. Conceito relativamente elástico, que não discutirei nesta ocasião, muito embora ele seja pertinente para a compreensão das (re)leituras de Freyre. Ver Luís Cunha, “Tudo o que é Denso se Dissolve no Ar? Retóricas de Identidade num Tempo de Mudança”, em André Barata; A. Santos Pereira e J. Ricardo Carvalheiro, *Representações da Portugalidade*, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 115-128.
10. Discurso proferido na inauguração da Sala Calouste Gulbenkian na Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, em 23 de março de 1987. Ver Vamireh Chacon, “Gilberto Freyre: a Globalização e o Luso-tropicalismo”, em Adriano Moreira e José Carlos Venâncio (orgs.), *Luso-tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega, 2000, p. 40.
11. Comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa em 27 de janeiro de 1975. Ver Pedro Borges Graça, “Gilberto Freyre na Correspondência de Melville J. Herskovits: O Luso-tropicalismo frente ao Afro-americanismo”, em Adriano Moreira e José Carlos Venâncio (orgs.), *Luso-tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*, 2000, Lisboa, Vega, p. 59.

da democracia racial, em Portugal era visto e apontado como tendo dado argumentos à preservação do colonialismo português na África.

Parecia evidente, olhando para esses anos, que o Luso-tropicalismo fora uma má ideia, ou pelo menos pusera-se a jeito para ser mal utilizada. Se alguns autores pareciam perdoar a intenção de Freyre, não deixavam de notar as consequências das suas propostas: “Os portugueses [...] amputam severamente a gama das propostas freyrianas, mas a verdade é que a importação desta teoria permitiu robustecer a consciência e a prática coloniais portuguesas”¹². Em autores mais distanciados das polêmicas luso-tropicais podia manifestar-se estranheza e algum desconforto, como sucedeu com Peter Fry¹³, que diz ter ficado estarelecido ao ler *Casa-grande & Senzala*, que lhe pareceu “mais romance que obra científica”, o que o levou, na ocasião, a classificar Freyre como “mais um ‘ideólogo’ do salazarismo”. A precipitação deste juízo é reconhecida pelo próprio, mas o que importa notar aqui não é tanto isso, mas sim, as razões dessa reversão. Peter Fry aponta duas: “Dentro das ciências sociais e ‘cultural studies’ pós-modernos e pós-coloniais o fascínio com o hibridismo, conceito este utilizado por Freyre desde *Casa-grande & Senzala*, cresceu. Mas penso também que começou a haver uma reação como que nacionalista contra o que começou a ser percebido como uma ‘americanização’ do campo afro-brasileiro”¹⁴.

Gilberto Velho nota também a precipitação de alguns julgamentos: “O tão famoso Luso-tropicalismo e a valorização da miscigenação foram não só muitas vezes descontextualizados, como rejeitados por variados atores de diferentes orientações”¹⁵, ao mesmo tempo que sublinha a crescente “produção sobre a obra e vida de Gilberto Freyre”¹⁶.

Tal como o seu quase desaparecimento da lista de autores citados e referenciados não pode ser entendido fora do contexto histórico, político, ideológico e acadêmico em que ocorreu, também a vaga, um pouco

12. Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, p. 24.

13. Peter Fry, “Sobre a Pertinência de *Sobrados & Mucambos* para a Compreensão da Dinâmica Racial no Brasil Contemporâneo: Ou o Sorriso do Mulato”, em Fátima Quintas (org.), *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 255.

14. *Idem*, p. 256.

15. Gilberto Velho, “Gilberto Freyre: Trajetória e Singularidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 58, 2008, p. 15.

16. *Idem*, p. 11.

revivalista, essa mesma que de algum modo nós próprios cavalgamos em encontros como este e publicações como esta, não pode ser dissociada desses mesmos contextos. Tanto as ciências sociais *tout court* como os estudos culturais e, de um modo geral, as abordagens pós-modernas e pós-coloniais, encontraram na ideia de hibridização um conceito-chave, sucedendo que, como notou Fry, Gilberto Freyre o utilizara de forma bastante apropriada desde os anos de 1930. No caso do Brasil, a recuperação do pensamento de Freyre permitiu abrir novas frentes no debate sobre as estratégias antirracistas, que a partir de determinado momento pareciam demasiado “coladas” à experiência estado-unidense¹⁷. Julgamos poder dizer-se que a plasticidade e adaptabilidade do pensamento de Freyre contribuíram, de igual forma, para o adormecimento e para o despertar de atenção às suas ideias. Uma plasticidade que pode ser vista como contradição, bastando notar como correntes ideológicas opostas conseguem encontrar ora razões de adesão ora de rejeição, ao seu pensamento. A sua relação com a universidade brasileira, “bastante complexa e às vezes contraditória”¹⁸, indicia também a heterodoxia do seu pensamento e da sua atividade de investigador. Não se vinculando, de forma clara, a uma escola ou corrente de pensamento, a obra de Freyre acaba por se tornar bastante suscetível à redução a um breviário – ou a vários, conforme os usos. Especificamente em *O Luso e o Trópico*, alguns destes aspectos são bem evidentes e merecedores de um olhar mais atento.

INCONSISTÊNCIAS E PERIGOS EM TORNO DE UMA COMUNIDADE LUSO-TROPICAL

Começamos por sublinhar a visão caleidoscópica que *O Luso e Trópico* contém, importando acrescentar agora que esse apelo a diversos conteúdos e linhas de argumentação, bem como à intuição sociológica, conduziu a alguns equívocos, bem notórios em *O Luso e o Trópico*. Por exemplo, Gilberto Freyre tanto enaltece Oliveira Salazar, apresentando-o como um dos líderes políticos e líderes católicos capazes de dar novo relevo à tradição luso-cristã¹⁹, como levanta dúvidas acerca do papel dos homens de governo na colonização portuguesa.

17. Peter Fry, *op. cit.*, p. 256.

18. Gilberto Velho, *op. cit.*, p. 13.

19. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 239.

Da mesma maneira que me tenho, em vários trabalhos já publicados, referido com simpatia à política tradicionalmente portuguesa de assimilação de valores [...] devo salientar que dessa tradição de política social ou de política cultural se têm por vezes desviado, nos últimos decênios, homens de governo e outros líderes portugueses responsáveis pela direção das relações de Portugal com populações do Oriente e de África²⁰.

Consideremos outro exemplo, este não tanto de avaliação política, mas de posicionamento teórico. Do mesmo modo que Freyre fala da superação do biológico pelo sociológico, assegurando que a “simbiose luso-tropical”²¹ é uma ilustração particularmente expressiva dessa superação, aponta o possível surgimento de uma nova raça:

talvez se esteja a desenvolver em todo o mundo luso-tropical um tipo de homem com tendências – repita-se – para moreno, nas suas predominâncias de cor, e talvez próximo do mediterrânico, por um lado, e, por outro, do árabe ou do indiano, nas suas formas mais características de corpo. Talvez venha a ser chamada um dia “raça” – raça luso-tropical²².

Nesta oscilação entre o *social* e o *biológico*, emerge a promessa do famoso terceiro homem, um “homem simbioticamente luso-tropical”²³.

Não pretendemos dar demasiado relevo a essas contradições ou desacertos. Por vezes parecem dispositivos retóricos próprios de alguém que se apresenta antes de mais nada como escritor²⁴ – muito embora *O Luso e o Trópico* deva ser das obras menos literárias de Gilberto Freyre. Se tivermos em conta que este livro colige diversos artigos e comunicações, poderemos ver tais contradições como camadas discursivas sobrepostas, elaboradas em diferentes momentos e em circunstâncias diversas, o que permite relativizar a sua importância. Na verdade, consideramos mais importante destacar nesta obra o fato de se tratar de um trabalho tardio e, nesse sentido, a expressão se um pensamento consolidado. Voltamos assim ao que já dissemos: em Gilberto Freyre virtudes e defeitos parecem ser duas faces de uma mesma moeda. Como obra de fecho, *O Luso e o Trópico* revela tanto o encanta-

20. *Idem*, p. 193.

21. *Idem*, p. 53.

22. *Idem*, p. 80.

23. *Idem*, p. 88. Uma interessante análise da visão de Freyre sobre a ideia de raça é oferecida por Miguel Vale de Almeida em “‘Saudades de Si Mesmo’. Hibridismo/Miscigenação/Mestiçagem e Identidade Nacional”, em Amélia Cohn *et al.*, *op. cit.*, pp.174 e ss.

24. “A verdade, porém, é que, no meu caso, o que venho procurando ser é escritor que, como escritor, se serve da sua formação ou do seu saber [...] científico [...] em vez de pretender ser principalmente antropólogo ou sociólogo ou historiador, ou pensador, por assim dizer, institucional” (Gilberto Freyre, *Seleção para Jovens*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 56).

mento quanto as limitações daquilo a que o autor chama *tropicologia*. É essa dualidade que nos permite perceber de que modo a (re)leitura de Freyre se pode ou não abrir à contemporaneidade.

Começemos por considerar o projeto sonhado por Gilberto Freyre, tal como ele o apresenta na “Introdução” a *O Luso e o Trópico*. Defende aí, de forma clara, a constituição de

[...] uma comunidade luso-tropical que inclua Portugal, o Brasil e as províncias portuguesas de África e do Oriente; e seja um tipo novo de federação apoiada em tradições e pendores comuns, no sentido de uma interpenetração de tal modo profunda da cultura ocidental com as tropicais e de povos brancos com os de cor, que dessa interpenetração possa resultar [...] uma nova forma de civilização tropical²⁵.

Não nos deteremos na discussão desta concepção tão substancialista de cultura, não porque não fosse interessante fazê-lo, mas porque julgamos mais útil orientar nossa atenção numa outra direção. Propomos, então, extravasar o que explicitamente é dito e mesmo o contexto histórico e científico em que Freyre se moveu, para nos concentrarmos na possibilidade desta proposta de constituição de uma *comunidade luso-tropical* se ter transmutado na ideia de *lusofonia* tal como hoje se apresenta.

Existe uma diferença essencial entre estas duas narrativas. No pensamento de Gilberto Freyre, o processo de constituição de uma comunidade luso-tropical é “basista”, ou seja, é idealizado de *baixo para cima*. Pode mesmo dizer-se que tal projeto não só resiste às políticas estatais como vai muitas vezes contra elas. Estas acabam por incorrer, por vezes, numa tentação assimilacionista que contraria o sentido profundo da comunidade imaginada por Freyre. Um exemplo deste confronto encontra-se em Timor, onde

[...] a administração portuguesa [tem] criado [...] embaraços aos tecidos feitos em casa pelos indígenas daquela ilha e aos estilos de traje por eles adotados, conforme velhas tradições que se conformam com as condições de clima da região, por entender a mesma administração que tais tecidos e estilos, de um evidente interesse artístico, além de higiénico, devem ser substituídos pelos europeus²⁶.

No caso de Angola, o foco de atenção de Freyre dirige-se, sobretudo, à Companhia de Diamantes e a práticas coloniais que lhe parecem estranhas à experiência portuguesa: “na área dominada pela Companhia dos Diamantes [...] se tem a impressão de estar em terras que justificariam a acusação dos

25. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, op. cit., pp. 7-8.

26. *Idem*, p. 193.

portugueses serem colonialistas no seu tratamento de indígenas da África e dos seus valores²⁷. O critério, naturalmente, não é o da eficácia – se assim fosse, “Olanda” impor-se-ia a Olinda –, mas sim, o da *harmonização*, de tal forma que o museu da Companhia, apesar de Freyre reconhecer a sua excelência, é censurado por ser colonialista²⁸. Os obstáculos à afirmação de uma verdadeira comunidade luso-tropical não seriam, sequer, uma prática recente, resultado de alguma eventual descaracterização. Quando refere à opressão de populações e culturas orientais por ação da Inquisição é essa espessura histórica que se revela. Não estamos, portanto, perante um processo linear, mas antes, frente a dinâmicas complexas e por vezes contraditórias. Esta ideia fica ainda mais clara quando Gilberto Freyre reconhece preocupação com “erupções de racismo [...] em Moçambique e na própria Angola”, embora os atribua às “pressões sofridas pelos portugueses nessas áreas, de sul-africanos e de ingleses”²⁹.

Na perspectiva de Gilberto Freyre, o fracasso, ou pelo menos a ameaça, à constituição de uma comunidade luso-tropical fica a dever-se tanto ao peso excessivo de dimensões institucionais e políticas como a influências exógenas. As populações, ao contrário, parecem constituir o seu maior crédito, na medida em que assegurariam uma integração espontânea e não forçada do diverso: “Não tem deixado de haver drama, conflito, dor, angústia, sofrimento em tais encontros [de portugueses com os trópicos]. Mas raramente lhe tem faltado amor: amor de homem a mulher de cor e amor de homem a terra quente”³⁰. A *narrativa lusófona*, ao contrário, parece ancorar-se em enquadramentos institucionais, ambicionando chegar às populações a partir desse daí, ou seja, ambicionando construir um sentido de *cima para baixo*. Muito embora não seja este o lugar para aprofundar uma análise à lusofonia – de resto um conceito complexo e multifacetado – vale a pena fazer notar que enquanto projeto ela se revela muito mais na constituição de instrumentos políticos como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), do que na vivência das populações³¹.

27. *Idem*, p. 194. Um olhar bastante detalhado sobre a ação desta Companhia pode ser encontrado em Nuno Porto, “O Corpo nas Colônias: A Comunidade Colonial na Margem do Império: O Caso da Companhia de Diamantes de Angola”, em M^a Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 214-152.

28. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 194.

29. *Idem*, p. 233.

30. *Idem*, p. 50.

31. Para um aprofundamento dessas ideias, cf. Luís Cunha, *op. cit.*, 2011.

DA LÍNGUA À CULTURA: NARRATIVAS LUSÓFONAS

Uma viagem pendular entre *Luso-tropicalismo* e *lusofonia* terá o mérito, julgamos nós, de mostrar a dinâmica das narrativas em torno das quais se estruturam as macroidentidades que tais conceitos sugerem. De fato, se Luso-tropicalismo e lusofonia participam da mesma ambição de congregar o diferente numa identidade comum, fazem-no em contextos históricos, sociais e políticos bem distintos. Nesse sentido, os pontos de convergência e de divergência ajudam-nos a perceber a dinâmica dos discursos. Há um ponto de contato que se evidencia desde logo, ocupando um lugar relevante em ambas as narrativas – a língua. No pensamento de Gilberto Freyre, ela ocupa um papel fundamental enquanto expressão insubstituível dos processos de hibridização:

É uma língua, portuguesa, que já se tornou a de toda uma comunidade – a lusotropical – com características que a têm destacado cada vez mais das línguas neolatinas, pela crescente tropicalização das suas vozes, dos seus sons do seu modo de corresponder a estilos e a conveniências de populações de várias origens étnicas e culturais³².

Esta suposta *tropicalização* é decisiva na argumentação de Freyre. Longe de constituir uma descaracterização, o impacto do trópico que a língua teria sofrido ter-lhe-ia permitido deixar de ser europeia³³, condição para se tornar em instrumento de constituição de uma comunidade transnacional. Um exemplo dessa tropicalização – e também, já agora, da enaltecida intuição de Gilberto Freyre – é dado pelo sucesso da canção brasileira no mundo lusófono: “A canção brasileira tem-se desenvolvido numa força nada desprezível de abasileiramento da língua portuguesa em Portugal, na África e no próprio Oriente”³⁴. Importa notar que o que está em causa não é a adoção de uma língua por diferentes povos, mas da (*re*)*invenção* de uma língua, processo que implica um descentramento, primeiro, e, depois, um eventual recentramento. Isto se torna evidente quando Gilberto Freyre alude ao papel de liderança do Brasil. Faz isso a propósito da necessidade dos brasileiros estudarem os lugares de África marcados pela presença portuguesa, defendendo que tal estudo seria importante “para a análise e a interpretação, em conjunto, do tipo de civilização de que o Brasil é hoje líder: a civilização luso-tropical”³⁵.

32. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 216.

33. *Idem*, p. 220.

34. *Idem*, p. 224.

35. *Idem*, p. 206.

O projeto lusófono, apesar das várias indecisões que o marcam, também encontra na língua uma âncora – na verdade, em alguns momentos e em alguns discursos, parece mesmo ser a única possível. Apesar de ser um denominador comum entre diferentes países, a língua não parece ser aqui pensada como um lugar de encontro de diferenças – ao jeito com que Freyre a conceptualizava – mas como um facilitador de comunicação, ou seja, um instrumento que exige uma disciplina e uma norma linguística – como a que foi alcançada com o acordo ortográfico. A dinâmica, que Gilberto Freyre via como decorrente da permeabilidade de uma língua-padrão a outros sons, outros vocabulários e outros sentidos, ou seja, a outras *culturas*, é substituída por um processo de cristalização. Se para o autor de *Casa-grande & Senzala*, a tropicalização tornara a língua portuguesa mais que apenas europeia, do que se trata agora é de fazer dela um instrumento político, capaz de se impor nos fóruns internacionais.

Existe uma diferença fundamental na concepção das macroidentidades que aqui confrontamos, sendo essa diferença, em boa medida, responsável pela clareza da narrativa luso-tropical, sobretudo se colocada em confronto com a ambiguidade da narrativa lusófona. Veja-se o modo como Freyre apresenta seu projeto:

Comunidade Luso-tropical que inclua Portugal, o Brasil e as províncias portuguesas de África e do Oriente; e seja um tipo novo de federação apoiada em tradições e pendores comuns, no sentido de uma interpenetração de tal modo profunda da Cultura ocidental com as tropicais e de povos brancos com os de cor, que dessa interpenetração possa resultar em antecipação a outros e modernos desenvolvimentos étnicos e culturais em espaços tropicais, um terceiro estilo de cultura que seja, também, uma nova forma de civilização tropical³⁶.

Na *Declaração Constitutiva* da CPLP (Lisboa, 1996), além de se aludir à importância do uso de um idioma comum e de se declarar a intenção de divulgar a língua portuguesa, é apresentado como objetivo da organização “Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa”³⁷. Percebemos que se trata de um esforço de conciliação, mas esse fato não obsta à sua evidente ambiguidade, na medida em que a fórmula encontrada propõe a congregação do que está dividido numa estrutura institucional (CPLP), sem que isso belisque a persistência de identidades que se pensam e afirmam em sua singularidade. Para lá

36. *Idem*, pp. 7-8.

37. A Declaração Constitutiva pode ser consultada no *site* da CPLP, <http://www.cplp.org/>.

das evidentes diferenças de enquadramento – decorrentes da configuração de um discurso *ainda* colonial para um *necessariamente* pós-colonial – julgamos importante fazer notar que enquanto a CPLP faz da língua o motor essencial do projeto lusófono, no pensamento de Gilberto Freyre é noutro lugar que devemos procurar a dinâmica fundadora do projeto luso-tropical.

No caso do autor brasileiro é na religião que se encontra a matriz fundadora do sonho luso-tropicalista. Talvez não se trate tanto de *uma religião*, mas antes, de uma forma particular de viver a experiência religiosa. A religião assume aqui o seu sentido etimológico profundo, já que o que está em causa – defende o autor – é justamente a *ligação* que ela possibilita entre os lusos e os povos tropicais. É por ela que se estabelecem laços que são mais cristocêntricos que etnocêntricos, “não pelo fato de se ter manifestado mais cristã que as outras, mas pela circunstância do seu apoio sociológico ter sido nos dias decisivos da expansão do português nos trópicos, antes a condição psicossocial ou psicocultural de cristão do mesmo português que sua situação biosocial de europeu ou branco”³⁸. Esta determinante cristã, que se revela mais *sociológica* que *mística*, sobrepõe-se à condição de europeu ou de branco. Não basta responsabilizar, portanto, o espírito cristão. É necessário acrescentar que se trata do “modo português de ser cristão”³⁹.

Que cristianismo é então este que tem de ser distinguido de outros? Em primeiro lugar é um catolicismo, e um catolicismo mestiço, como ficaria provado pelas “devoções a santos diversos e até contraditórios [...] forma de pluralismo religioso, ligado, por exemplo, a inconfundíveis manifestações ou sobrevivências de pluralismo étnico ou cultural”⁴⁰. Em segundo lugar é um catolicismo penetrado de franciscanismo, o que, no entender de Freyre, o torna muito diferente do rígido cristianismo europeu-burguês que teria sido levado pelos povos do norte da Europa para outras paragens. Ao contrário dessa rigidez, o “modo português de ser cristão” ter-se-ia caracterizado pela disponibilidade para confraternização com as gentes dos trópicos⁴¹. Dessa forma, define-se um dispositivo complexo, que não se esgota na dimensão estritamente religiosa. Ao contrário, extravasa-a, tornando-se num fermento que tanto explica a adaptação ao trópico como o sucesso *sociológico* de suas propostas – a família patriarcal, que pode ser vista como uma decorrência desse dispositivo, ocupa um

38. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 51.

39. *Idem*, p. 136.

40. *Idem*, p. 17.

41. *Idem*, p. 136.

lugar central na explicação do Brasil: “Para Freyre houve no passado um estilo brasileiro de sociedade baseado no patriarcalismo, com seus atributos de personalismo, familismo e privatismo, atributos esses que são despóticos e segregadores de um lado, mas democráticos e inclusivos do outro”⁴². Muito embora fique sempre claro quem é o *assimilador*, ou seja, os distintos papéis que cabem ao homem branco e à mulher negra, o sentimento amoroso prevalece, traçando a linha de distinção no modo como supostamente o português se relaciona com os povos tropicais relativamente a outros povos colonizadores. Freyre percebe bem que a mestiçagem não é uma peculiaridade luso-tropical, nem o poderia ser, na medida em que existe em todos os processos coloniais. O que importa perceber, na sua perspectiva, é o enquadramento do mestiço, sendo nesse ponto que a colonização lusa – até certo ponto também a ibérica – se diferenciaria das demais: “A questão não é a *existência* do mestiço, mas o *lugar* por ele ocupado na sociedade colonial”⁴³.

Na singularidade da experiência portuguesa nos trópicos pesa, de forma decisiva, o diferente uso de uma mesma matriz cristã, não sendo necessário, sequer, apelar ao *espírito do capitalismo*, à maneira de Max Weber, para perceber por quê. É à história, considerada em sua profundidade plurissecular, que Gilberto Freyre recorre para explicar o que entende ser a facilidade de assimilação portuguesa. Vê nela a decorrência de um processo de miscigenação anterior: na medida em que os portugueses eram, eles próprios, o resultado de um complexo processo de cruzamento étnico e cultural, teriam desenvolvido uma especial capacidade para se associarem – nos vários sentidos que o termo pode ter – aos povos tropicais. O argumento é sobejamente conhecido e não me parece fundamental repisá-lo neste momento, a não ser para dar conta do modo como o próprio cristianismo se apresenta miscigenado aos olhos de Freyre. De fato, ao tentar explicar os mecanismos de segurança dos grupos humanos enquadrados pela família patriarcal, o autor diz o seguinte: “A virtude do português terá sido neste, como, talvez, noutros casos, a de haver dado conteúdo cristão ou europeu a formas árabes ou islâmicas de associação que visassem a segurança e a estabilidade tanto do ser como do grupo humano”⁴⁴. Talvez esta ideia não tenha tido a atenção que merecia, pelo menos a atenção correspondente ao

42. Lúcia Lippi Oliveira, “Ordem e Progresso”, em Amélia Cohn *et al.*, *op. cit.*, p. 200.

43. Omar Ribeiro Thomaz, “O Local e o Universal na Obra de Gilberto Freyre: Notas sobre Interpretação do Brasil”, em Fátima Quintas (org.), *op. cit.*, p. 274.

44. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 266.

seu potencial subversivo, já que o que Freyre defende é que o tão louvado *catolicismo franciscano* decorre, afinal, de um fundo islâmico. Nesse sincretismo inesperado residiria, então, a característica determinante, aquela que tornaria a experiência lusa irrepetível noutros contextos.

PRÉ-MODERNOS E PÓS-MODERNOS, AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES

Na perspectiva de Gilberto Freyre nenhuma política centralizada, definida como estratégia de relação com o *outro*, resiste à força das populações que no terreno operam o contato e produzem sociedades miscigenadas e culturas híbridas. Por vezes, como foi referido acima, seria mesmo contra a ação e a vontade política que a assimilação se faria. Em alguns momentos parece até definir-se uma tensão estrutural entre os agentes individuais, “analfabetos ou quase analfabetos [que têm] uma atitude como que franciscana [...] de confraternização com os indígenas”⁴⁵, e as elites, já que estas cedem, frequentemente, a uma vontade de modernidade e de progresso de que Freyre desconfia. Esta sua desconfiança estende-se à industrialização – aspecto em que se aproxima de um certo imaginário de conservação e perenidade proposto pelo Estado Novo português⁴⁶ – explica-se neste quadro. O recuo da agricultura face à industrialização significaria, também, a aproximação a um modelo de desenvolvimento propriamente europeu, ou nórdico, como o chamou: “é a atual mística, que domina o Brasil, de se exaltar a chamada industrialização com prejuízo ou negligência de tudo o mais – inclusive da pecuária – com uma imprevidência que se vai tornando alarmante”⁴⁷. Não se trata, bem entendido, de uma rejeição, antes de uma cautela necessária – um cuidado que garantiria continuidade ao processo de criação de um espaço luso-tropical. Algo teria que vir das “Olandas” – chamemos de *racionalidade e lógica* – mas esse contributo não poderia levar à perda do essencial, isto é, daquilo que estaria na base do sucesso da experiência portuguesa nos trópicos.

A narrativa luso-tropical, tal como Gilberto Freyre a constrói, é complexa, multifacetada, suscetível de diversas e contraditórias leituras, desde o con-

45. *Idem*, p. 247.

46. “Não nos seduz nem satisfaz a riqueza, nem o luxo da técnica, nem a aparelhagem que diminua o homem [...] se a asa do espírito os não toca” (Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, vol. 2, p. 137).

47. Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, *op. cit.*, p. 61.

servadorismo *pré-moderno* do Estado Novo luso, até ao *pós-modernismo*, que descobre nas suas obras a virtude de conceitos como os de hibridização ou miscigenação. Voltamos, dessa forma, ao confronto entre Luso-tropicalismo e lusofonia e ao debate acerca da possibilidade desta última proposta poder ser entendida como uma reconfiguração da primeira. Por muito apelativos que no quadro de debates atuais se tenham tornado alguns aspectos do pensamento de Gilberto Freyre, a verdade é que parecem pouco conciliáveis, na sua totalidade, com as narrativas a que o discurso da lusofonia recorre. Existe, ainda assim, um espaço de convergência e consenso, que ora se comprime ora se dilata, tanto em função dos lugares de enunciação como dos agentes e das representações convocadas. Importa perceber, portanto, quais os fragmentos narrativos recuperados e de que forma foram eles recompostos de modo a fazerem sentido atualmente. Tarefa complexa, naturalmente, e também inadequada para esta ocasião e circunstância. Não deixaremos de sublinhar, em todo caso, uma instrumentalização convergente de ambas as narrativas pelas instâncias de poder, pelo menos no caso de Portugal⁴⁸. Se o Luso-tropicalismo serviu como bandeira para acenar e reivindicar a exemplaridade da nossa colonização, a lusofonia parece servir agora para recompor uma identidade nacional abalada. Em ambas as situações existe a tentação do essencialismo, ou seja, de propor uma visão integrada e conciliadora, capaz de apagar o dissenso. Ao fazê-lo, porém, empobrece aquela que é a dimensão mais rica da experiência do contato, da miscigenação e da hibridização – o da produção de um conjunto de narrativas que nem sempre convergem, antes conflituam frequentemente, mas que condensam séculos de contato. Narrativas que reportam diferentes formas de contar uma experiência feita em comum, mas não necessariamente feita em conciliação. Uma experiência que se estrutura em diferentes eixos narrativos, que tanto podem dizer respeito aos circuitos migratórios como à guerra colonial; ao uso, invenção e reinvenção de uma língua comum, como ao catolicismo – para Freyre um instrumento fundamental para o sucesso do luso nos trópicos, mas tanto serviu para a evangelização e conversão forçada das populações, como de argumento de reivindicação de independência em Timor. Contradição dos sinais e da forma como se conta a

48. Muito embora Eduardo Lourenço defenda que “A comunidade luso-brasileira é um mito inventado unicamente pelos portugueses. Não é minimamente vivida do outro lado do Atlântico, como pôde sê-lo a *Commonwealth* ou até o conjunto formado pelas antigas colônias espanholas e a Espanha” (Eduardo Lourenço, *A Nau do Ícaro, Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 158), parece-nos que a questão é um pouco mais complexa do que isso, sendo merecedora de uma análise comparativa, que leve em conta não apenas as representações associadas à ideia de lusofonia, mas também sua instrumentalização.

experiência do contato entre grupos diferentes em espaços tornados comuns. Julgamos ser esta uma boa forma de colocar um ponto final neste olhar sobre Freyre: vincar a contradição e a ambiguidade no que elas têm de criativo e fomentador do pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. “‘Saudades de Si Mesmo’: Hibridismo/Miscigenação/Mestiçagem e Identidade Nacional”. In: COHN, Amélia; CAMARGO, Aspásia & SANTOS, Boaventura Sousa (orgs.). *Brasil-Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 Anos*. Rio de Janeiro, EMC Edições, 2001, pp. 161-190.
- CASTELO, Cláudia. “O Modo Português de Estar no Mundo”. *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Lisboa, Afrontamento, 1998.
- CHACON, Vamireh. “Gilberto Freyre: A Globalização e o Luso-tropicalismo”. In: MOREIRA, Adriano & VENÂNCIO, José Carlos (orgs.). *Luso-tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*. Lisboa, Vega, 2000, pp. 33-41.
- CUNHA, Luís. “Tudo o que é Denso se Dissolve no Ar? Retóricas de Identidade num Tempo de Mudança”. In: BARATA, André; PEREIRA, A. Santos & CARVALHEIRO, J. Ricardo (orgs.). *Representações da Portugalidade*. Lisboa, Caminho, 2011, pp. 115-128.
- FREYRE, Gilberto. *Selecta para Jovens*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- . *Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.
- . *O Luso e o Trópico: Sugestões em torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: O Luso-tropical*. Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- FRY, Peter. “Sobre a Pertinência de *Sobrados & Mucambos* para a Compreensão da Dinâmica Racial no Brasil Contemporâneo: Ou o Sorriso do Mulato”. In: QUINTAS, Fátima (org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2000, pp. 255-259.
- GALLO, Donato. *Antropologia e Colonialismo: O Saber Português*. Lisboa, Edições ER Heptágono, 1988.
- GRAÇA, Pedro Borges. “Gilberto Freyre na Correspondência de Melville J. Herskovits: O Luso-tropicalismo frente ao Afro-americanismo”. In: MOREIRA, Adriano & VENÂNCIO, José Carlos (orgs.). *Luso-tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*. Lisboa, Vega, 2000, pp. 48-60.
- LOURENÇO, Eduardo. “A Propósito de Freyre (Gilberto)”. *Ocasionais 1*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.

- _____. *A Nau do Ícaro, Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa, Gradiva, 1999.
- MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MOTTA, Roberto. "Integração e Miscigenação em Gilberto Freyre: Uma Originalidade Luso-brasileira". In: COHN, Amélia; CAMARGO, Aspásia & SANTOS, Boaventura Sousa (orgs.). *Brasil-Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 Anos*. Rio de Janeiro, EMC Edições, 2001, pp. 105-130.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, "Ordem e Progresso". In: COHN, Amélia; CAMARGO, Aspásia & SANTOS, Boaventura Sousa (orgs.). *Brasil-Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 Anos*. Rio de Janeiro, EMC Edições, 2001, pp. 191-214.
- PORTO, Nuno, "O Corpo nas Colônias: A Comunidade Colonial na Margem do Império – O Caso da Companhia de Diamantes de Angola". In: RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, Antônio Sousa (orgs.). *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto, Afrontamento, 2001, pp. 214-152.
- SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra, Coimbra Editora, 1937, vol. 2.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. "O Local e o Universal na Obra de Gilberto Freyre: Notas sobre *Interpretação do Brasil*". In: QUINTAS, Fátima (org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2000, pp. 271-280.
- VELHO, Gilberto. "Gilberto Freyre: Trajetória e Singularidade". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 58, pp. 11-21, 2008.